

INFORME SOCIOECONÔMICO

010



PLANEJAMENTO
Secretaria de Estado
do Planejamento / SEPLAN



Piauí
GOVERNO DO ESTADO

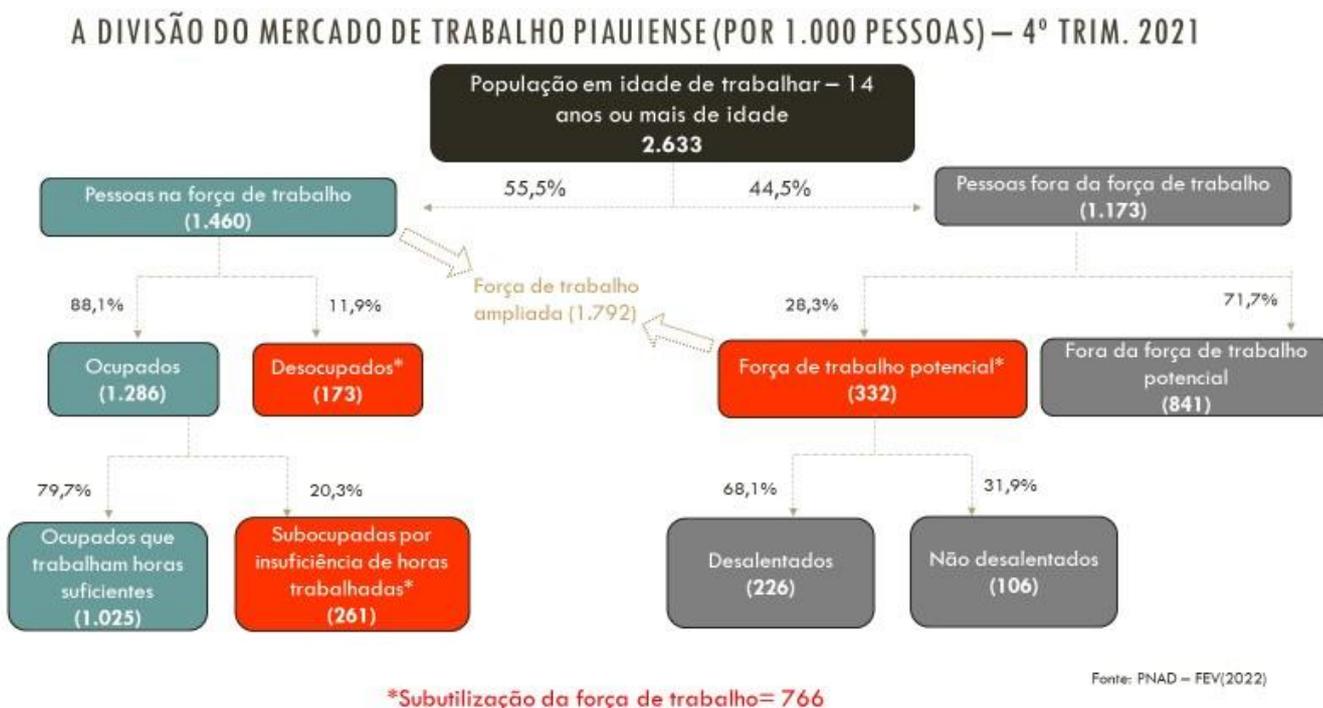
O MERCADO DE TRABALHO PIAUIENSE EM 2021

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), no 4º trimestre de 2021, período compreendido entre outubro e dezembro, aponta que a taxa de desocupação no Piauí foi de 11,9%. Isso significa que a cada 100 pessoas que procuraram emprego durante esse período, cerca de 12 não encontraram, permanecendo desempregadas. Ainda segundo o IBGE, a taxa de desocupação média no ano foi de 13,6.

O resultado obtido quanto à taxa de desocupação, no 4º trimestre, foi o menor desde o início da pandemia da COVID-19, quando o Estado atingiu os maiores valores desde o início da série em 2012. Comparativamente, a média para o Nordeste ficou em 14,7%, e em relação aos demais estados da região, o Piauí registrou a segunda menor taxa, sendo superado apenas pelo Ceará (11,1%).



Figura 1 – Mercado de trabalho piauiense – PNAD Contínua



Fonte: PNAD Contínua – IBGE (2022). Elaboração: Superintendência CEPRO (2022).

O MERCADO DE TRABALHO FORMAL NO PIAUÍ

Destaca-se que o resultado da taxa de desocupação no Piauí, relativamente baixa quando comparada com outros estados, é reflexo da participação do mercado informal.

Os resultados da PNAD Contínua apontam que, entre os empregados do setor privado, 227 mil piauienses possuem carteira assinada, contra 240 mil pessoas que não são formalizadas.

No último trimestre de 2021, houve o crescimento no setor informal de 12,6%, o que significa que 27 mil pessoas conseguiram um emprego no final do ano sem vínculo formal. Contudo, a pesquisa não apontou variações estatisticamente significativas no mercado formal.



Nesse sentido, é válido comparar os resultados com os dados referentes ao mercado de trabalho formal, indicados pelo Novo Caged, os quais evidenciam saldo negativo de 1.462 postos de trabalho no mês de dezembro de 2021, o que representou uma variação de -0,47% em relação ao mês anterior. Desse modo, entre janeiro e dezembro de 2021, houve a variação positiva de 7,16% do estoque de trabalhadores, relativa ao mesmo período de 2020, indicando um crescimento de postos formais de trabalho no Piauí ao longo de 2021.

RENDIMENTO DOMICILIAR

A partir da análise do mercado de trabalho, pode-se inferir aspectos importantes no que se refere à renda da população.

De acordo com a PNAD Contínua, o rendimento médio real habitualmente recebido pelos piauienses foi de R\$1.674 no 4º trimestre de 2021, superior ao trimestre anterior, cujo valor alcançou R\$1.642.

Já o rendimento domiciliar per capita, de acordo com o IBGE, é obtido a partir da razão entre o total dos rendimentos domiciliares (em termos nominais) e o total dos moradores. Nesse cálculo, são considerados os rendimentos de trabalho e de outras fontes.

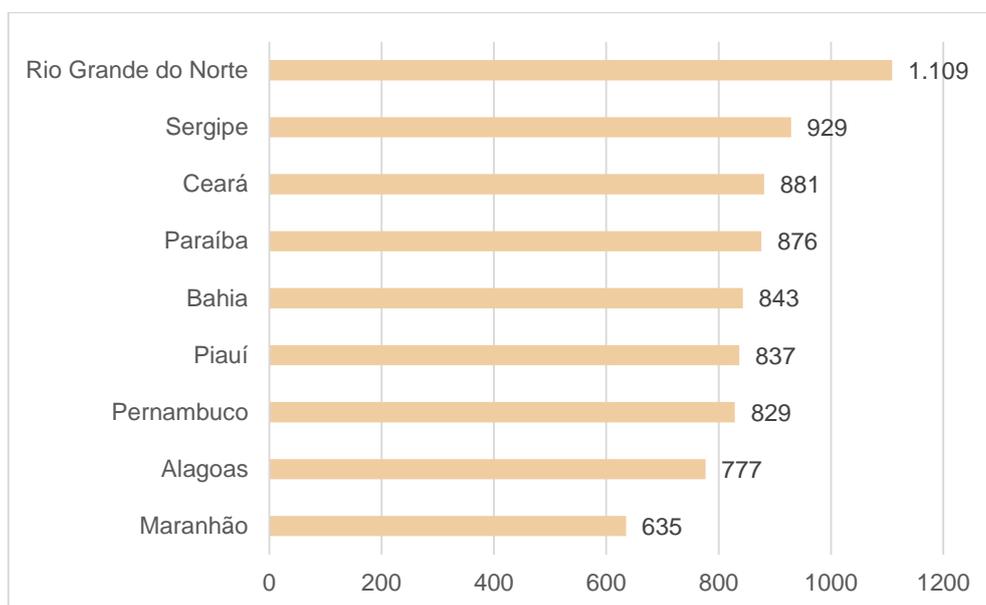
Em 2021, a renda domiciliar per capita no Piauí alcançou R\$ 837,00 ante R\$ 859,00 em 2020 e se posicionando com rendimento domiciliar superior ao de Pernambuco (R\$ 829), Alagoas (R\$ 777) e Maranhão (R\$ 635).

A referida diminuição no rendimento pode estar associada ao fim do período do Auxílio Emergencial, que reduziu o montante destinado à transferência direta de renda a nível nacional, pois o Brasil obteve uma renda de R\$ 1.367, apresentando queda quando comparado com 2020 (R\$ 1.380).



O Gráfico 1 indica que entre os estados da região Nordeste, o Rio Grande do Norte foi o único que aumentou sua renda, enquanto o Ceará apontou a maior perda no rendimento e o Maranhão o menor valor pecuniário, no ano em destaque.

Gráfico 1 – Rendimento domiciliar per capita no Nordeste e Piauí – 2021



Fonte: PNAD Contínua – IBGE (2022). Elaboração: Superintendência CEPRO (2022).

A ATUAÇÃO DO GOVERNO NESTE CENÁRIO

Pelo acompanhamento dos dados em destaque, observa-se a importância de medidas fiscais expansionistas para a retomada do desenvolvimento socioeconômico no Estado. Nesse aspecto, é importante ressaltar as ações de fomento ao crédito, ao empreendedorismo e às transferências de renda que são fundamentais, no curto prazo, pois propiciam o acesso aos bens básicos de consumo e à manutenção das atividades econômicas.



Dentre as várias medidas adotadas no período, houve a implantação de políticas de investimento público e auxílio direto como o plano PRO Piauí Social, a partir do qual foi implementado o Cartão Pro Social, que funciona a partir da identificação de famílias vulneráveis por meio da Busca Ativa.

O programa tem como público-alvo famílias cadastradas no CADÚNICO, do Governo Federal, com uma renda per capita de até R\$ 178,00 e que não recebem benefício e nem programa de transferência de renda. Em dezembro de 2021, 3.710 famílias já estavam cadastradas para receber o benefício de R\$1.200,00 em seis parcelas de R\$ 200,00.

Para maiores informações sobre o “rendimento domiciliar per capita 2021” acessar: https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Renda_domiciliar_per_capita/Renda_domiciliar_per_capita_2021.pdf

As informações detalhadas, referentes ao mercado formal do Piauí, encontram-se no Relatório Mensal do Emprego Formal, disponibilizado pela Superintendência CEPRO na página: <http://www.cepro.pi.gov.br/caged.php>.

Para mais informações acerca do Cartão PRO Social, pode-se acessar a página: <https://www.pi.gov.br/noticias/governador-entrega-cartao-pro-social/>.